****

**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**Processo de preparação da Vigésima Oitava Conferência (COP 28) das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**

**Dubai, 30 de Novembro a 12 de Dezembro de 2023**



Maputo, 05 de Outubro de 2023

**ÍNDICE**

[**ÍNDICE** 1](#_Toc147338079)

[**1.** **Introdução** 2](#_Toc147338080)

[**2.** **Contextualização** 2](#_Toc147338081)

[**3.** **A Cimeira Mundial de Acção Climática** 2](#_Toc147338082)

[**4.** **A Participação de Moçambique** 3](#_Toc147338083)

[**5.** **Formato da Cimeira** 3](#_Toc147338084)

[**6.** **Posição de Moçambique para a COP28** 4](#_Toc147338085)

[**7.** **Eventos paralelos** 4](#_Toc147338086)

[**8.** **Pavilhão de Moçambique** 5](#_Toc147338087)

[**9.** **Encontros Bilaterais** 5](#_Toc147338088)

[**10.** **Resultados Esperados** 5](#_Toc147338089)

[**Anexo I Proposta do programa de Sua Excelência o Presidente da República em Dubai, EAU.** 5](#_Toc147338090)

[**Anexo II – Lista de delegação de Moçambique a COP28 (em progresso)** 7](#_Toc147338091)

[**Anexo III - A proposta de intervenção de Chefe de Estado na Cimeira** 8](#_Toc147338092)

[**Anexo IV – Posição de Moçambique** 11](#_Toc147338093)

[**Anexo V - Pavilhão de Moçambique** 17](#_Toc147338094)

# **Introdução**

O presente memorando é elaborado no âmbito da participação de Moçambique na Cimeira Mundial da Clima de Dubai, Emirados Árabes Unidos , que terá lugar nos dias 1 e 2[[1]](#footnote-1) de Dezembro de 2023, durante a 28a Conferência das Partes (COP 28) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC – *UNFCCC* sigla em inglês) a ter lugar de 30 de Novembro a 12 de Dezembro de 2023.

Durante a conferência de Dubai, estão programadas as seguintes sessões:

* Cimeira Mundial de Acção Climática;
* Vigésima Oitava Conferência das Partes (COP 28) da UNFCCC
* Décima Oitava Sessão da Conferência das Partes servindo de Reunião das Partes do Protocolo de Kyoto (CMP 18);
* Quinta sessão de Conferência das Partes servindo de Reunião das Partes do Acordo de Paris (CMA 5).
* Sessões dos órgãos subsidiários (SBI 59 e SBSTA 59)

# **Contextualização**

A CQNUMC – *UNFCCC*, foi adoptada em 1992, durante a Conferência do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, e entrou em vigor a 21 de Março de 1994. Até à data, a Convenção foi aprovada e ractificada pelas 198 Partes, sendo 197 países e 1 organização de integração económica regional - a União Europeia. Moçambique assinou o instrumento em Junho de 1992, durante a Conferência do Rio, tendo-o ratificado a 25 de Agosto de 1994, acto que permitiu que um ano depois, concretamente a 23 de Novembro de 1995, o país se tornasse Parte efectiva da Convenção. Desde então, Moçambique tem participado nas conferências organizadas no âmbito desta Convenção.

A COP 28 é mais um marco dos esforços colectivos de mitigar e adaptar-se aos impactos negativos das mudanças climáticas, promovendo a cooperação internacional para fazer face a estes fenómenos, que perigam o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo o artigo 7 da Convenção, a Conferência das Partes deve manter regularmente a avaliação da implementação da Convenção e tomar as decisões necessárias para a sua efetivação. A COP deve, entre outros, examinar as obrigações das Partes e os mecanismos institucionais estabelecidos, promover e facilitar o intercâmbio de informações sobre medidas adotadas pelos países membros para enfrentar as mudanças do climáticas e seus efeitos, promover o desenvolvimento e avaliar o aperfeiçoamento periódico de metodologias comparáveis para elaboração de inventários de emissões de gases de efeito estufa e avaliar a eficácia de medidas para limitar as emissões e aumentar a remoção desses gases.

Foi neste contexto que em Novembro de 2015, durante a COP21 realizada em Paris, foi adoptado o Acordo de Paris que visa essencialmente, engajar as partes a realizarem acções conducentes à redução da emissão de gases com efeito de estufa e manter o aumento da temperatura ao 1,5º Celsius. O Acordo de Paris constitui uma base para prosseguir-se com o fortalecimento das acções da UNFCCC, uma vez que inclui aspectos relativos aos meios de implementação, tais como, mobilização de recursos financeiros, desenvolvimento de capacidades, transferência de tecnologias, entre outros.

# **A Cimeira Mundial de Acção Climática**

A Cimeira Mundial da Acção Climática tem como objectivo sensibilizar os Chefes de Estado e de Governo para a importância de implementar e transformar decisões climáticas relevantes das COP's anteriores em acções concretas espelhadas em planos cada vez mais ambiciosos e renovar o cometimento ao mais alto nível. A Cimeira vai decorrer nos dias 1 e 2 de Dezembro de 2023. Nesta Cimeira, as prioridades definidas pelo país organizador são:

* Acelerar a redução das emissões através de uma transição energética pragmática, e;
* Promover a reforma do uso da terra e transformação dos sistemas alimentares.

Especial atenção será dada a mobilização de soluções para países vulneráveis, operacionalização de perdas e danos e soluções práticas e positivas que impulsionam o progresso para o clima e a economia, bem como proporcionam alívio e apoio às comunidades vulneráveis. Igualmente será discutida o primeiro Inventário Global de Acordo de Paris (*first Global Stocktake -GST of the Paris Agreement*)

A Cimeira de Dubai será o momento mais alto da COP28 e vai debruça-se sobre a transformação de compromissos em acções, mobilização de financiamento, com vista a possibilitar o alcance dos objectivos do Acordo de Paris, acções transformadoras para proporcionar a mudança de paradigma para um futuro mais sustentável, resiliente ao clima, de baixas emissões e neutro em carbono.

A presidência da COP 28, definiu as seguintes prioridades:

* Transição energética;
* Finanças climáticas;
* Meios de subsistência como por exemplo a agricultura;
* Novas tecnologias para indústrias;
* Diálogo com organizações multinacionais.

Em Anexo I a proposta do programa de Sua Excelência

# **A Participação de Moçambique**

Moçambique vai participar com uma delegação chefiada por **Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique** eintegra diferentes unidades orgânicasː

Em Anexo II a lista da delegação de Moçambique para a COP 28

# **Formato da Cimeira**

No Segmento de Alto Nível da Cimeira a participação vai obedecer o formato de 1+3, para delegações chefiadas por Chefes de Estado e de Governo e de 1+2 para as delegações chefiadas por Ministros.

Os dias 01 e 02 de Dezembro de 2023 serão dedicados às intervenções dos Chefes de Estado e de Governo convidados para a Cimeira e outras individualidades. As intervenções dos Chefes das delegações terão a duração máxima de 3 minutos.

Já foi realizada a inscrição para a intervenção de Sua Excelência o Presidente, sendo que aguardamos a lista de indicação da ordem de intervenção incluindo a data e a hora.

Em Anexo III a proposta de intervenção na cimeira

# **Posição de Moçambique para a COP28**

Considerando que a preservação do ambiente é um dos objectivo da COP 28 e encontra-se alinhado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os Programas e Estratégias de Moçambique estão alinhados ao Programa Quinquenal do Governo 2020-2024. Moçambique centrado nas áreas do seu interesse na CQNUMC e em coordenação com as posições do Grupo China mais 77 (G77+China), da União Africana através do Grupo dos Negociadores dos Países Africanos (AGN), do Grupo dos Negociadores dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e da SADC, defende:

* **Adaptação as Mudanças Climáticas :**
  + Plano Nacional de Adaptação
  + Agricultura
  + Perdas e Danos
  + Sistema de Aviso Prévio/Observações Sistemáticas
* **Mitigação:**
  + Transição Energética
  + Artigo 6 e Mercado de Carbono
  + Grupo de Trabalho de Mitigação
* **Assuntos Transversais:**
  + Financiamento Climático
  + Capacitação e Desenvolvimento e Tranferência de tecnologias
  + Género e Mudanças Climáticas

Em Anexo IV a posição de Moçambique para a COP28.

# **Eventos paralelos**

Moçambique na COP 28, programou dois eventos do alto nível, nomeadamente:

1. **De Sendai à Paris - Progressos e limitações na implementação da RRD e AMC e seguro climático em Moçambique.**
2. **Objectivo:** Partilhar os progressos e desafios na implementação de acções de RRD e AMC com vista a mobilizar apoio financeiro e tecnológico.
3. **Convidados:** Africa do Sul, Zimbabwe, Madagáscar, Malawi, ESwatini, Coreia, Japão, SADC, UA, UE, EAU
4. **Parceiros:** BM, BAD, Enabel, Irlanda, PMA, Finlândia.
5. Estratégia de transição energética em Moçambique
6. **Objectivo:** Posicionar Moçambique como um destino de excelência em África para investimentos em infraestruturas de energia renovável e industrialização verde
7. **Convidados:** Países da SADC, UA, UE, Sector privado
8. **Parceiros:** Tony Blair Institute for Global Change; ENABEL

Os eventos serão dirigidos por Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e *Champion* na Redução de Risco de Desastres *da* Africa compreenderão o seguinte formato:

* **Local da realização**: Pavilhão de Moçambique em Dubai
* **Proposta das Datas**: 1 de Dezembro de 2023 para tema I e 02 de Dezembro para o tema II;
* **Hora de início**: Por definir;
* **Hora de fim**: Por definir

As datas e horas da realização dos eventos estão condicionadas à hora da intervenção de Sua Excelência o Presidente da República. A inscrição para o efeito já foi efectuada através do Ministério da Terra e Ambiente e aguarda-se a lista da ordem das intervenções a ser divulgada na primeira semana de Dezembro de 2023.

# **Pavilhão de Moçambique**

Este ano Moçambique tem oportunidade de apresentar diversos assuntos ligados a mudanças climáticas no seu pavilhão. O espaço foi atribuído ao país como oferta dos Emirados Árabes Unidos. A informação sobre localização e proposta de eventos paralelos encontra-se no Anexo V.

# **Encontros Bilaterais**

Durante a Cimeira, o Chefe da Delegação de Moçambique vai manter encontros bilaterais com diferentes Chefes de Estado com o objectivo de fortificar a cooperação bi- e multilateral no incremento das acções no âmbito das mudanças climáticas, cujo o local da realização está condicionado a uma pré-marcação da data e hora. Contudo, a par do pavilhão, foi alocado ao país um escritório de trabalho. Em preparação a lista de possíveis encontros.

# **Resultados Esperados**

A participação de Moçambique poderá ter como resultados:

* A promoção da imagem de Moçambique como um hub energético de fontes renováveis que pauta pela transição energética justa no âmbito da cooperação com os Estados Partes e organismos das Nações Unidas;
* A renovação dos compromissos para a implementação do Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas, tendo em conta a importância das questões climáticas e ambientais no actual ciclo de governação;
* A transmissão da mensagem do País sobre as acções em cursos com vista a combate aos efeitos das mudanças climáticas, adaptação e construção da resiliência, incluindo o processo de transição energética, focalizando a necessidade de mobilização de financiamento e de tecnologias para o efeito;
* Mobilização de recursos financeiros para as acções de mudanças climáticas.

Maputo, 05 de Outubro de 2023

# **Anexo I Proposta do programa de Sua Excelência o Presidente da República em Dubai, EAU.**

Espera-se que os Chefes de Estado ou de Governo cheguem aos Emirados Árabes Unidos na noite de quinta-feira, 30 de Novembro, ou na manhã de sexta-feira, 1º de Dezembro.

|  |  |
| --- | --- |
| **Dia 01 de Dezembro de 2023** | |
| **Hora** | **Evento** |
| 8.00 – 11.00 | Chegada dos Chefes de Estado ou de Governo ao local da Conferência (Zona Azul) |
| 11.00–11.45 | Foto de Família – Chefes de Estado ou Governo apenas |
| 12.00 | Sessão de abertura da Cimeira Mundial sobre Acção Climática (Zona Azul) |
| 14.00 | Abertura da primeira parte do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado ou de Governo (Intervenção das Partes) |
| 14.30–18.00 | Eventos paralelos:   * Entrega de declarações nacionais por Chefes de Estado ou de Governo; * Eventos da Presidência da COP28 dos Emirados Árabes Unidos.   Encontros bilaterais |
| 19.00 | Evento de Gala COP28. |

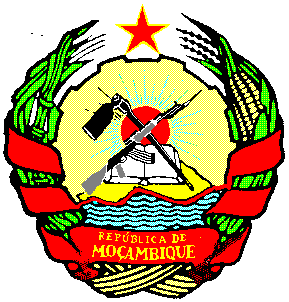
|  |  |
| --- | --- |
| **Dia 02 de Dezembro de 2023** | |
| **Hora** | **Evento** |
| 8.00 – 11.00 | Chegada dos Chefes de Estado ou de Governo ao local da Conferência (Zona Azul) |
| 9.00–17.00 | Segundo dia do segmento de alto nível. Continuação da entrega das declarações nacionais pelos Chefes de Estado ou de Governo (Intervenção das Partes)  Eventos paralelos:   * Eventos da Presidência da COP28 nos Emirados Árabes Unidos * Eventos festivos de alto nível   Encontros bilaterais |
| 17.00 | Fim da Cimeira Mundial sobre Acção Climática |
| 17.00-18.00 | Transferência para celebração do Dia Nacional dos Emirados Árabes Unidos (mais informação será providenciada pelo organizador) |

**Nota:** O presente programa está sujeito a alteração em função da ordem intervenção dos chefes de estado, cuja divulgação espera-se para a primeira semana de Novembro de 2023.

# **Anexo II – Lista de delegação de Moçambique a COP28 (em progresso)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| No | **Nome** | **Entidade** | **Função** |
| 1 | Filipe Jacinto Nyusi | Presidência da República | Presidente da República |
| 2 | Ivete Joaquim Maibaze | MTA | Ministro |
| 3 | Luisa Celma Caetano Meque | INGD | CEO |
| 4 | Carlos Alberto Yum | MIREME | CEO |
| 5 | Manuela Joaquim Rebelo | MIREME/ FUNAE | CEO |
| 6 | Marcelina Andreia Mataveia | MIREME | Director Nacional |
| 7 | Adérito Celso Félix Aramuge | MTC/INAM | Director Geral |
| 8 | Odete Semião | MTC/ADE | Director Geral |
| 9 | Jadwiga Soltys Massinga | MTA | Director Nacional |
| 10 | Francisco Fanequisso Sambo | MTA | Director Nacional |
| 11 | Cláudio Afonso | MTA | Director Nacional |
| 12 | Cristina Matusse | MEF | Director Nacional |
| 13 | Albano Manjate | MEF | DIrector Nacional Adjunto |
| 14 | Paulo Tomás | INGD | Director da Divisão |
| 15 | Rita Almeida | INGD | Director da Divisão |
| 16 | Agostinho Fernando | MTA | Ponto Focal de UNFCCC |
| 17 |  |  |  |

# **Anexo III - A proposta de intervenção de Chefe de Estado na Cimeira**



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Proposta de Intervenção de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da Republica, na Cimeira de Líderes da 28ª Sessão da Conferência dos Estados Parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas,

Dubai, 01 e 02 de Dezembro de 2023

Dubai, 01 de Dezembro de 2023

Sua Excelência Sameh Shoukry Presidente eleito da 28ª Sessão da Conferência dos Estados Parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas;

Sua Excelência António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas;

Suas Excelências Chefes de Estado e de Governo;

Excelências Chefes de delegações;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

1. É com elevada honra e privilégio que em nome do povo e governo moçambicanos, dirijo-me a este Debate da 28ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, que se realiza num contexto em que o mundo se recupera da COVID-19, da prevalência de eventos climáticos extremos e de conflitos mundiais, que dificultam os esforços com vista a efectiva materialização da agenda global do desenvolvimento sustentável.
2. Moçambique é um país que contribui pouco para as emissões dos gases de efeito estufa, no entanto, está entre os países mais afectados por eventos climáticos extremos. No presente ano, a passagem do ciclone FREDDY, por duas vezes, nas zonas norte, centro e sul do País, e os efeitos combinados de eventos climáticos extremos registados de Janeiro a Março de 2023, afectaram cerca de 1,3 milhões de pessoas, tendo destruído diversas infraestruturas económicas e socais, ferido 723 pessoas e causado a morte de 306 pessoas.
3. Para mitigar os efeitos dos desastres naturais, aprovamos um Plano de Acção de Emergência no valor de 150 milhões de Dólares, com vista a Reposição das infraestruturas danificadas pelo ciclone Freddy.
4. Dada a pressão que os desastres naturais representam para as contas públicas, assinamos um seguro de transferência de risco, válido de 01 de Dezembro de 2022 até 30 de Novembro de 2023, com duas seguradoras nacionais, cujo valor da apólice é de 4 milhões de dólares.
5. Com a ratificação pela Assembleia da República, em Maio de 2023, do Acordo para o estabelecimento da Capacidade Africana de Risco (ARC), Agência da União Africana que institui seguros e resseguros para os eventos climáticos extremos e calamidades naturais, vamos continuar a melhorar a adaptação e resiliência do nosso País e da nossa economia.
6. Embora a nossa vulnerabilidade continue a ser a principal preocupação, é também importante realçar que nós não somos apenas uma vítima passiva das mudanças climáticas, mas também somos parte integrante da solução. Temos potencial para reduzir emissões no país e na região da SADC, através da exploração do nosso potencial hidro-elétrico que é considerável, dos recursos solares abundantes e das reservas significativas de gás natural. Estes recursos, quando aproveitados de forma eficaz, podem não só reduzir a nossa pegada de carbono actual e futura, mas também aproximar-nos dos nossos objectivos de sustentabilidade e de desenvolvimento.
7. Devemos garantir que estas fontes renováveis sejam exploradas com a máxima eficiência e rapidez, e para o efeito o acesso ao financiamento internacional para uma transição energética justa não pode ser subestimado.
8. Para contribuir para baixas emissões e permitir o futuro energético equitativo que imaginamos, Moçambique clama pelo apoio na concepção e implementação de soluções de financiamento que sejam sustentáveis, através do acesso a fontes de financiamento mais concessionais, complementadas por fontes de financiamento inovadoras, tais como mercados de carbono, *blended finance* e através da dívida pelo clima.
9. Considerando o potencial que Moçambique tem a gerar créditos de carbono, principalmente nos sectores florestal, agrícola, de energias renováveis, bem como na economia azul, adoptamos uma regulamentação nacional para projectos de REDD+ em 2018, tendo emitido e transaccionar créditos de REDD+ no âmbito do Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal do Banco Mundial.
10. Aderimos em 2023 à Iniciativa Africana dos Mercados de Carbono e iniciamos a elaboração de um Plano de Activação do Mercado de Carbono, cuja prioridade é à elaboração de um quadro regulamentar que ajudará a garantir a integridade ambiental dos nossos projectos de carbono, permitirá que Moçambique participe nos mercados internacionais de carbono ao abrigo do Artigo 6 do Acordo de Paris, proporcionando clareza aos desenvolvedores de projectos e aos compradores de carbono e, acima de tudo, garantirá que os nossos projectos apoiem e beneficiem as comunidades locais e a população moçambicana em geral.
11. Moçambique esta a elaborar um regulamento dos mercados de carbono e paralelamente estamos em negociações com alguns países para assinar um acordo de venda dos resultados de redução de emissões.
12. Moçambique, como país em desenvolvimento, enfrenta enormes desafios de dívida e gastos públicos na gestão de eventos extremos resultantes dos impactos climáticos, o que tem introduzido uma forte pressão nas contas publicas. Neste contexto consideramos estratégica a implementação da iniciativa de conversão da dívida pela acção climática ao nível dos países em desenvolvimento, conforme preconiza o artigo 5 do Acordo de Paris, dado o potencial desta iniciativa simultaneamente aliviar o endividamento, reduzir a pobreza e aumentar a capacidade de resiliência dos nossos países.
13. No momento estamos a desenvolver um programa piloto de troca de dívida para o clima com o Reino da Bélgica, e gostaríamos de contar com a colaboração de mais países nesta nobre iniciativa.

**Senhor Presidente,**

**Excelências,**

1. Moçambique submeteu a UNFCCC, o seu Plano Nacional de Adaptação. Apelamos a todos o acesso aos recursos financeiros e tecnológicos com vista a implementação dos planos nacionais de adaptação.
2. Ainda alinhado com a nossa Contribuição Nacionalmente Determinada e reconhecendo a importância das florestas na mitigação dos impactos de mudanças climáticas, Moçambique realizou em 2022, a Conferência Regional de Miombo que culminou com Declaração de Maputo sobre a Gestão Sustentável e Integrada da Floresta de Miombo que identificou as prioridades para a próxima década, com vista a reforçar os sistemas de governação transparente, inclusiva e responsável das florestas de Miombo de modo a que estas possam contribuir para os esforços locais e globais de mudanças climáticas, conservação da biodiversidade, bem como para as economias locais e nacionais e para o desenvolvimento sustentável dos países signatários da Declaração de Miombo. Convidamos deste de modo, a todos os intervenientes para se juntarem a esta iniciativa de modo a que em conjunto possamos mobilizar recursos financeiros e tecnológicos para que possamos restaurar e conservar a floresta remanescente.
3. Instamos os países membros da Floresta de Miombo, os seus parceiros de cooperação, o sector privado e ONGs, a Sociedade Civil e as comunidades locais para a necessidade de um grande cometimento na conservação e restauração da floresta pelo facto desta possuir uma maior biodiversidade e ecossistemas florestais que aliado à Bacia do Zambeze, cria condições favoráveis para o estabelecimento do mangal que por sinal constitui um dos maiores ecossistemas de mangal em Africa e a nível Global que contribui positivamente no sequestro de carbono reduzindo as emissões de gases de efeito estufa.
4. Instamos igualmente aos diferentes intervenientes a honrarem os compromissos assumidos sob o Acordo de Paris de colocarem a igualdade de género no centro de tomada de decisões na concepção e implementação de estratégias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

**Senhor Presidente,**

**Excelências,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

1. A frequência e intensidade dos eventos extremos e a magnitude dos seus impactos, particularmente nos países em desenvolvimento, levam-nos a considerar os eventos extremos como ameaças emergentes à biodiversidade, paz e seguranças internacionais.
2. Moçambique é Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas por um mandato de dois anos, desde Janeiro de 2023. Gostaríamos de reiterar o nosso profundo agradecimento mais uma vez pelo apoio de todos os Estados membros na eleição do nosso país. Gostaríamos igualmente de reiterar que uma das nossas prioridades no mandato são as questões climáticas e de segurança de modo a influenciar uma acção mais concertada e eficaz de combater este flagelo.
3. A terminar, gostaria de convidar a todas as partes a assumirem o compromisso de proteger o sistema climático, realizando os objectivos globais de mitigação e adaptação estabelecidos no Acordo de Paris, incluindo o de disponibilizar o apoio em meios de implementação para que amanha possamos estar orgulhosos de ter participado na nobre missão de proteger as comunidades, os ecossistemas e o capital edificado, dos impactos adversos das mudanças climáticas e garantir que as gerações futuras possam também usufruir dos bens e serviços ecossistémicos de que possamos ter criado.

**Muito obrigado pela atenção!**

Dubai, 1 de Dezembro de 2023

# **Anexo IV – Posição de Moçambique**

1. **Mitigação**

Moçambique tem a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) aprovada e em implementação desde 2021 contendo acções de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, mobilização de financiamento e transferência de tecnologia.

Moçambique insta as Partes para o cumprimento dos seus compromissos em relação a implementação das suas NDCs ambiciosas no contexto do desenvolvimento sustentável, havendo necessidade de assegurar os apoios a países em desenvolvimento nesse âmbito de modo a garantir o alcance dos objectivos do acordo de Paris.

1. **Transição e eficiência energética/energias renováveis**

As medidas de transição e de eficiência energéticas devem ser feitas de forma progressiva e justa de modo a que os países em desenvolvimento tenham oportunidade de ajustar os seus modelos de desenvolvimento industrial rumo a baixas emissões e maior resiliência climática. Para o efeito há necessidade de capitalizar fontes de financiamento climáticos e transferência de tecnologias devidamente asseguradas, para minimizar o impacto negativo no processo de desenvolvimento económico do País, ao abrigo do artigo 6.

Neste sector o País considera o progresso de metas de redução de emissões mais ambiciosas com recurso a energias limpas e renováveis.

Os vastos recursos energéticos renováveis que o país dispõe representam uma oportunidade estratégica de desenvolvimento para todos os moçambicanos, através da promoção de cadeia de valores sustentáveis para todos sectores essenciais para a transição energética rumo a descarbonização na região por forma a alcançar neutralidade carbónica até 2050, capitalizando assim mais recursos financeiro para acções de adaptação que é a maior prioridade nacional.

1. **Artigo 6**

Moçambique defende à implementação do artigo 6 do Acordo de Paris, no que se refere ao financiamento do carbono para o aumento das suas ambições na acçõa climática. Nesse sentido é necessário que se promovam parcerias para a sua implementação de projectos e programas de geração de créditos de carbono com uma elevada integridade ambiental, ajustes correspondentes para entre outros minimizar dupla contagem e com partilha de benefícios justa e inclusiva na região, a luz dos artigos 6.2, 6.4 e 6.8, bem como o Mecanismo do Desenvolvimento Sustentável (MDS), que permitem cooperação bi- e multilateral entre estados e entre actores do sector privado. O país é a favor da flexibilização dos critérios de acesso ao financiamento climático e a graduação na implementação dos ajustes correspondentes.

A participação no REDD+ em Moçambique é um dever incontornável da nação rumo a redução das emissões e adaptação aos impactos adversos dos efeitos das mudanças climáticas. Assim, Moçambique insta aos parceiros maior compromisso na implementação de projectos e programas REDD+, de forma equilibrada e satisfatória, para o alcance dos objectivos de mitigação e adaptação.

Nas regras de procedimentos acautelar, os Membros do Órgão de Supervisão devem estar livres de qualquer conflito de interesse que não sejam consistentes com princípios e regras do Acordo de Paris.

Nas infraestruturas, Moçambique insta os países a efectuarem um Registo Nacional das mesmas, com vista a promover transparência, eficiência, e confiança no uso dos mecanismos do Acordo de Paris entre as Partes e captar plenamente os ajustes correspondentes garantindo a integridade ambiental. Esta deve ser capaz de rastrear créditos ambientais ao longo de seu ciclo de vida.

Um programa dedicado de capacitação para implementação do Art. 6 deve ser estabelecido de modo auxiliar os países menos desenvolvidos nos seus esforços para cumprir os requisitos de relatório e o Quadro de Transparência Reforçada.

Aprimorar o trabalho para criar a clareza e transparência necessárias em relação à demanda de longo prazo por unidades de redução de emissões que serão geradas e transacionadas de acordo com o Artigo 6 do Acordo de Paris, inclusive em relação aos resultados de mitigação alcançados com projectos de acesso à energia e transição energética justa em África.

1. **Adaptação**

Moçambique defende a necessidade de aumentar urgentemente o impulso para a implementação de acções de adaptação, uma vez que os impactos climáticos, especialmente os eventos extremos são cada vez mais frequentes e intensos. Muitas nações e comunidades já estão a investir na construção de sociedades e economias resilientes. No entanto, maior acção e ambição serão necessárias para gerir os riscos actuais e futuros de maneira econômica e sustentável.

Moçambique defende que o financiamento climático deve ser adicional aos compromissos de ajuda ao desenvolvimento, o que significa que os fundos definidos para o compromisso de USD100 bilhões e as obrigações da Convenção não devem ser contabilizados como contribuição para a meta de 0,7% da ajuda.

Reiteramos a necessidade de fortalecer o papel do Programa de Trabalho de Nairobi com o objetivo de melhorar seu desempenho e eficácia ao atender às necessidades de conhecimento de todas as Partes, em particular dos países em desenvolvimento, países subdesenvolvidos e Estados-Membros, relevantes para a implementação do Acordo de Paris

1. **Perdas e danos**

Moçambique apoia a decisão inovadora de estabelecer novos acordos de financiamento e um fundo para ajudar os países em desenvolvimento a responder a perdas e danos, com o estabelecimento do Comitê de Transição para fazer recomendações sobre como operacionalizar tanto os novos acordos de financiamento quanto o fundo estabelecido em Sharm el-Sheikh.

Reitera o seu compromisso de colocar as perdas e danos no centro da tomada de decisões, na concepção e implementação de estratégias de adaptação e mitigação dos impactos as mudanças climáticas.

Está ciente que os esforços de adaptação e redução de risco de desastres precisam de abordar sistematicamente, os factores subjacentes de vulnerabilidades na gestão de dados sobre perdas e danos. Neste sentido, julga necessário investir em pesquisas sobre perdas e danos no âmbito de mudanças climáticas, os seus impactos para permitir tomadas de decisões informadas.

1. **Trabalho conjunto de Sharm el-Sheikh na implementação da acção climática na agricultura e segurança alimentar (item 10 do SBSTA e item 10 do SBI das agendas provisórias)**

Moçambique reconhece que o sector agrícola é simultaneamente um contribuinte para as mudanças climáticas e altamente vulnerável aos seus impactos. Não obstante, este sector é uma fonte de soluções promissoras, incluindo sumidouros naturais de carbono.

Reitera que a implementação dessas soluções em uma escala significativa requer cooperação para superar barreiras técnicas, políticas e socioeconômicas transversais. Reconhece que os sistemas agrícolas sustentáveis não podem alcançar benefícios duradouros em escala, a menos que melhorem a capacidade adaptativa e a resiliência aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

Moçambique apoia a necessidade de criação do portal on-line de Sharm el-Sheikh com vista a compartilhar informações enviadas pelas Partes e organizações sobre projectos, iniciativas e políticas para aumentar as oportunidades de implementação da acção climática para tratar de questões relacionadas com a agricultura e segurança alimentar.

1. **Desenvolvimento e transferência de tecnologia**

O desenvolvimento e a transferência de tecnologias desempenham um papel crucial na abordagem e desafios das mudanças climáticas que enfrentamos actualmente. A transferência de tecnologias climáticas refere-se ao processo de disponibilizar e implementar tecnologias em países e regiões que necessitam delas. Isso pode envolver a transferência de conhecimento técnico, capacitação, financiamento e assistência técnica para garantir que as tecnologias sejam adoptadas e usadas de forma eficaz e sustentável. Moçambique:

* Sublinha a importância de garantir a transferência de tecnologias sustentáveis para que sectores intensivos em carbono façam uma transição progressiva para um futuro de emissões zero;
* Enfatiza a necessidade de transferência de tecnologias apropriadas, inclusivas e sustentáveis para as comunidades, sector privado no contexto da adaptação e mitigação às mudanças climáticas;
* Reitera a necessidade de apoio técnico-financeiro para actualizar e implementar o plano de acção resultante de Avaliação das Necessidades Tecnológicas (TNA), sendo um passo importante para fortalecer a capacidade tecnológica dos países para enfrentar as mudanças climáticas, promovendo a adopção e implementação eficaz de tecnologias climáticas no país;
* Reafirma o apoio ao diálogo de Glasgow como um veículo para mobilizar financiamento para a expansão dos sistemas de aviso prévio para múltiplas ameaças conforme plasmado na alínea (a) do artigo 8 do acordo de Paris;
* Moçambique insta os países desenvolvidos para apoiarem a implementação dos Planos Nacionais de Adaptação;
* Enfatiza a necessidade de mobilizar recursos financeiros para responder o desenvolvimento e transferências de tecnologias no contexto da adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

1. **Sistema de aviso prévio /observações sistemáticas**

Reconhece a necessidade de abordar as lacunas existentes no sistema global de observação do clima, particularmente nos países em desenvolvimento.

Reconhece a necessidade de intensificar a capacidade de fornecer informações climáticas úteis e accionáveis para sistemas de mitigação, adaptação e aviso prévio, bem como informações para permitir compreensão dos limites de adaptação e de atribuição de eventos extremos.

Acolhe a iniciativa *Aviso Prévio para Todos*, que visa aumentar a cobertura dos sistemas de aviso prévio para todos até 2027.

Reconhece os ganhos alcançados quando os sistemas de aviso prévio são associados as acções antecipadas na construção da resiliência das comunidades antes dos choques climáticos e na redução de perdas de vidas humanas e danos socioeconómicos.

1. **Assuntos transversais**
2. **Financiamento Climático**

O financiamento climático refere-se ao financiamento local, nacional ou transnacional – obtido de fontes públicas, privadas e alternativas de financiamento que busca apoiar acções de mitigação e adaptação para fazer face às mudanças climáticas. A Convenção, o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris exigem assistência financeira das Partes com mais recursos financeiros para aquelas que são menos dotadas e mais vulneráveis. No geral, os esforços no âmbito do Acordo de Paris são orientados por seu objetivo de tornar os fluxos financeiros consistentes com um caminho para baixas emissões de gases de efeito estufa e desenvolvimento resiliente ao clima. A avaliação do progresso na provisão e mobilização de apoio também faz parte do balanço global no âmbito do Acordo. O Acordo de Paris também enfatiza a transparência e maior previsibilidade do apoio financeiro.

O financiamento climático desempenha um papel crucial no apoio às acções de adaptação e mitigação das mudanças climáticas em Moçambique. Como um país vulnerável aos impactos das mudanças climáticas, Moçambique tem buscado activamente recursos financeiros para enfrentar esses desafios.

É importante destacar que a mobilização de recursos financeiros para enfrentar as mudanças climáticas em Moçambique é um desafio contínuo. O país continua a explorar novas oportunidades de financiamento, fortalecer a capacidade institucional para acessar esses recursos e garantir sua utilização efectiva na implementação de projectos climáticos. Moçambique:

* Reconhece com preocupação o facto de cerca de 60 % dos países de baixo rendimento se encontrarem em situação de crise de endividamento com gastos cerca de oito vezes mais com o serviço da dívida todos os anos, o que compromete a resiliência futura e as perspectivas de crescimento económico.
* Reconhece que o acesso a financiamento climático continua a ser um dos maiores desafios por ser concedido sob a forma de empréstimos, maioritariamente não concessionais.
* Destaca a necessidade de um rápido investimento em energias renováveis em África, para garantir uma transição energética justa, igualitária e equitativa que não deixe ninguém para trás.
* Reitera a necessidade do tratamento preferencial aos países menos desenvolvidos para aceder ao Fundo para as Perdas e Danos.
* Enfatiza a importância doreforço da coordenação e alinhamento das diferentes fontes de financiamento climático assim como do reforço da capacidade das instituições nacionais e locais para aceder, desembolsar, absorver e gerir fundos climáticos.
* Sublinha a necessidade de maximizar o potencial dos projectos regionais e em simultâneo, pressionar os fundos climáticos para aprovação dos projectos nacionais.
* Reconhece a necessidade de explorar soluções inovadoras, como seguros climáticos e mecanismos de transferência de risco, para lidar com perdas e danos.
* Reconhece a importância dos mercados de carbono como fonte de financiamento para acções de mitigação.
* Está ciente de que o acesso aos mercados de carbono é uma oportunidade que deve ser facilitada para permitir mais acordos intergovernamentais nos termos do artigo 6 do Acordo de Paris.
* Realça a importância de incentivar a participação do sector privado através da flexibilização dos requisitos institucionais e critérios de elegibilidade dos fundos climáticos, mercados voluntários, pois são importantes para apoiar projectos de transição verde.

1. **Capacitação**

A capacitação é fundamental para alcançar os objectivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) e o Acordo de Paris (Artigo 11), tendo sido identificada como uma prioridade nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) dos países. Muitos países em desenvolvimento, em particular Moçambique, ainda têm lacunas e necessidades nesta área e requerem apoio de capacitação nos níveis individual, institucional e sistémico.

A capacitação permite que indivíduos e instituições adquiram conhecimentos, habilidades e competências necessárias para compreender, enfrentar e responder aos desafios climáticos. A capacitação é essencial para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

São necessários recursos para apresentar formas e meios para identificar e abordar as necessidades e lacunas de capacidades para implementar efectivamente as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) adaptadas às circunstâncias dos países, ajudando, em última análise, a alcançar as metas do Acordo de Paris. Assim sendo, Moçambique:

* Reconhece que a natureza evolutiva da ciência e da política climática levou a novas necessidades emergentes de capacitação, contudo estas devem ser alinhadas às 15 áreas prioritárias do quadro de capacitação;
* Reitera que o apoio para a capacitação referente à adaptação inclua ajudar os países em desenvolvimento na integração de actividades de resiliência climática em infraestruturas novas e existentes, práticas agrícolas e florestais “verdes” bem como promover o desenvolvimento sustentável e o uso dos recursos hídricos;
* Reforça que a capacitação deve incluir apoio à mitigação focado em aumentar o acesso à energia renovável e promover a eficiência energética para impulsionar soluções de desenvolvimento de energia e transporte de baixo carbono e resilientes ao clima;
* Enfatiza o papel fundamental da capacitação institucional ao nível da academia, e das instituições de pesquisa e investigação científica, para produção de conhecimento sobre adaptação e mitigação às mudanças climáticas;
* Sublinha a necessidade de mais atenção virada à capacitação das comunidades no terreno (pesquisa-acção);
* Considera que a expansão contínua dos programas de capacitação, o fortalecimento das parcerias e a alocação de recursos devem ser adequados para fazer face às mudanças climáticas no país.
* Alerta para a necessidade de estender a vigência dos projectos de cooperação para garantir que seus efeitos sejam mais duradouros e sustentáveis (em vez de ter apoio em forma de uma multitude de projectos de curta duração e mudança contínua de actores e abordagens).

1. **Género e mudanças climáticas**

As mudanças climáticas têm um impacto maior nas camadas da população que são mais dependentes dos recursos naturais para sua subsistência e/ou que têm menos capacidade de responder aos impactos negativos dos desastres naturais, como secas, inundações e ciclones, sobretudo em países em desenvolvimento. Em muitas comunidades rurais costeiras e do interior, em Moçambique, as mulheres estão envolvidas na pesca artesanal e na agricultura familiar, que é fundamental para a segurança alimentar e para a subsistência de suas famílias. Embora as mudanças climáticas sejam um fenômeno global que afecta a todos, independentemente de seu género, existem diferenças nas maneiras pelas quais homens e mulheres são impactados e como eles respondem a essas mudanças. As mulheres geralmente enfrentam maiores riscos e maiores ônus dos impactos das mudanças climáticas em situações de pobreza e vulnerabilidade, e a maioria dos pobres do mundo em geral e de Moçambique em particular são mulheres. Assim sendo, Moçambique:

* Reconhece a importância de promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas na resposta às mudanças climáticas, inclusive no processo da CQNUMC;
* Nota com preocupação que persistem ainda desafios na integração de género bem como na desagregação sistemática de dados por género no contexto das mudanças climáticas e gestão de desastres;
* Está ciente que os esforços de adaptação e redução de risco de desastres precisam abordar sistematicamente os factores subjacentes de vulnerabilidades baseadas no género e promover a proteção social em contexto de deslocamento forçado em consequência dos eventos climáticos extremos.
* Reitera a necessidade de acções para fazer face a adaptação e mitigação às mudanças climáticas sejam implementadas conjuntamente com os esforços para promover a inclusão, resiliência e desenvolvimento sustentável, dado ao papel que as mulheres desempenham em sectores sensíveis ao clima, especialmente na agricultura e gestão dos recursos naturais com enfoque na conservação da biodiversidade, políticas com vista ao seu empoderamento.
* Reconhece que a integração das questões de género em relação às mudanças climáticas nas políticas exige que recursos financeiros sejam alocados na óptica do género a nível nacional para a implementação de actividades relacionadas a adaptação e mitigação às mudanças climáticas.
* Insta as Partes desenvolvidas a fornecer recursos financeiros e técnicos para a implementação das atividades contidas no Plano de Acção de Género (GAP).

# **Anexo V - Pavilhão de Moçambique**

1. **Localização**

**O pavilhão (no mapa sinalizado com quadrado vermelho) se encontra ao lado duma rua principal, perto de escritórios de Secretariado da Convenção (azul escuro) e salas de negociações (azul claro). A entrada é em frente de espaço para café (verde claro).**

****

1. **Layout dos locais**

|  |  |
| --- | --- |
| * **O pavilhão de Moçambique tem uma dimensão de 69.2 m2** | * **O escritório é no primeiro piso e tem dimensão de 36 m2** |
|  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Proposta de temas para pavilhão de Mocambique | | | |
| Dia | **Área temática** | **Responsável** | **Propostas de temas dos eventos paralelos** | **Paises painelistas** |
| 30.11.23 | Abertura | Abertura | Sessão de abertura dos órgãos subsidiários | Todos |
| 01.12.23 | Evento de Alto Nível  Evento de Alto Nível | INGD | * De Sendai a Paris: Progressos e limitações na implementação da RRD e AMC e seguro climático em África. | * Moçambique **(INGD**), Africa do Sul, Zimbabwe, Malawi, Coreia, Japão, SADC, UA, UE, EAU, BM, BAD, Enabel, Irlanda, PMA, Finlândia |
| 02.12.23 | Evento de Alto Nível | MIREME | * Lançamento da Estratégia de Transição Energética | Moçambique (**MIREME**), SADC, UA, UE, Sector privadoTony Blair Institute for Global Change; ENABEL |
| 03.12.23 | 1. Saúde e Paz | MISAU/MINEC | * 1. Construindo Sistemas de Saúde Resilientes as Mudanças Climáticas: A Experiencia de Moçambique   2. Tema ligado a Presidência de Moçambique ao Conselho de Seguranca (Paz e MC) | * 1. Moçambique (MISAU) |
| 04.12.23 | 1. Finanças Comércio e Igualdade de Género | MEF/MIC/MGCAS | 2.1. Integração das mudanças climáticas nos instrumentos de planificação e rastreamento da despesa pública  2.2. Contribuição dos créditos de carbono no desenvolvido das economias dos países dos CPLP (Alivio da divida publica)  2.3. Valor do credito de carbono  2.4. Financiamento Climático através de iniciativas de credito de carbono de Carbono  2.5. Dinâmica dos eventos de progressão lenta e aparente invisibilidade dos seus impactos na economia  2.6. Seguro contra Desastres e seu impacto financeiro no desenvolvimento do pais | 2.1.  2.2. Moçambique, Cabo Verde, Portugal, Brasil  2.3  2.4. Moçambique (MEF, MTA), Suécia, Alemanha, **WaterAid**  **2.5.** Moçambique (MEF,**INGD**, CTCMC-Luis Artur) Malawi, Madagascar  2.6. Moçambique (INGD, MEF, MTA, FDC) |
| 05.12.23 | 1. Energia, Indústria e Transição Justa | MIREME/MIC/MEF | 3.1. Analise profunda da Estratégia de Transição energética  3.2. Roteiro de Políticas e Investimentos do ETS  3.3. Justiça Climática um imperativo de Desenvolvimento Sustentável em África | 3.1  3.2  3.3. Mocambique (MIREME, CTCMC -Luis Artur), OXFAM |
| 06.12.23 | 1. Urbanização, Ambiente e Transporte | MTA/MEF/MTC/INGD | * 1. Da Resposta à Antecipação e Adaptação: Lições, Desafios e Oportunidades em Moçambique e Malawi   2. O papel do miombo na redução dos riscos climáticos   3. Financiamento Climático “Oportunidades e Desafios”   4. Infraestruturas Resilientes como foco de gestão de risco de desastres e resiliência climática - caso de estudo de Moçambique   5. Impacto das Mudanças Climáticas no Saneamento em Moçambique | 4.1. Moçambique (INGD)  4.2. Países da região com miombo, IUCN  4.3. Moçambique (MEF)  4.4.Moçambique (MOPHRH), Chile, WB, AFDB, UNHABITAT, CTCMC (Arquitecto Lage)  4.5. Moçambique (DNAAS, INGD,MTA), Japao, **WaterAid** |
| 07.12.23 | Repouso | Repouso |  |  |
| 08.12.23 | 5. Juventude, Crianças, Educação e Habilidades | MINEDMCTES/MGCAS | * 1. Sistema de Aviso Prévio (INGD e INAM)   2. A ciência e tecnologias florestais sustentáveis em apoio a tomada de decisão sobre MC em Moçambique   3. Construindo parcerias sustentáveis entre a comunidade e universidades na mitigação e adaptação dos impactos das MC em Moçambique   4. Mesa redonda ministerial sobre a Ciência e Tecnologia Florestais Sustentáveis em apoio à tomada de decisões sobre mudanças climáticas em Moçambique   5. Mesa redonda ministerial sobre lições aprendidas e boas práticas para a construção de parcerias sustentáveis entre comunidades e universidades na mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas em Moçambique | 5.1.  5.2.  5.3.  5.4. Moçambique, UNDP,WB, BAD,ARA, Plataforma da sociedade civil para as MC  5.5. Moçambique, UNDP,WB, BAD,ARA, Plataforma da sociedade civil para as MC, UNFCCC, SADC,CPLP  5.5. |
| 09.12.23 | 6. Natureza, Uso da Terra e Oceanos | MTA/**MIMAIP/MADER** | * 1. Perdas e Danos, tendências e estratégias de redução em Moçambique (INGD)   2. Pesquisa cientifica para promoção da conservação da biodiversidade marinha e terrestre em mocambique.   3. Áreas de conservação marinha e seu papel na resiliência climática e protecção da biodiversidade (Quirimbas, Bazaruto)   4. Ordenamento territorial e protecção climática (AS, Emiratos árabes, Langa)   5. Planos Nacionais de Adaptação nas CPLP | 6.1. Moçambique,  6.2. Centro de Biotecnologia, Museu de Historia Natural  6.3. Moçambique, Tanzânia, Peace Park Foundation, UNESCO, IUCN  6.4.  6.5. |
| 10.12.23 | 1. Alimentos Agricultura e Água | MADER/**MOPHRH/INAM** | * 1. Tecnologias inovadoras no contexto de implementação dos serviços climáticos integrados e participativos para agricultura em Moçambique   2. Oportunidades para o Sector de Abastecimento de Água e Saneamento construir alianças com outros países   3. Defesa do aumento do financiamento climático para países Menos Desenvolvidos |  |
| 11/12.12.23 | Negociações Finais | Negociações Finais | 1. Por definir |  |

1. Dia 2 de Dezembro é o Dia Nacional dos Emirados Árabes Unidos e marca a nacionalização formal dos Emirados Árabes Unidos e o início da unificação federal dos emirados em 1971. ‘Espírito da União’ é o tema oficial das celebrações do Dia Nacional dos Emirados Árabes Unidos. É derivado da visão e liderança do falecido Xeque Zayed bin Sultan Al Nahyan, Presidente Fundador dos Emirados Árabes Unidos. [↑](#footnote-ref-1)